



PONTO A PONTO

• SEGURANÇA

A adoção da pena de morte no Brasil é rejeitada por ampla maioria dos parlamentares, 64,8% dos deputados federais e 73,3% dos Senadores se declaram totalmente contrários. Já no tema da liberação de armas, o cenário é mais dividido, embora predomine uma posição favorável com algum grau de restrição: 64,9% dos deputados e 70,0% dos senadores apoiam total ou parcialmente a medida, segundo pesquisa do **Ranking dos Políticos**.

• ECONOMIA

O investimento direto no país (IDP) somou US\$ 21 bilhões no 1º trimestre de 2026, queda de 8,7% em relação a 2025 e o menor nível desde 2022, em março, foram US\$ 6 bilhões, o pior resultado para o mês desde 2019, apesar de 2025 ter fechado com US\$ 77,7 bilhões, o maior volume anual desde 2018, segundo o Banco Central do Brasil.

• ESTATAIS

Os Correios registraram prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025, alta de 226,9% em relação a 2024 (R\$ 2,6 bilhões), mais que triplicando em um ano e marcando o maior resultado negativo da série histórica desde o Plano Real; a receita bruta somou R\$ 17,3 bilhões, queda de 11,35%, enquanto o resultado foi impactado por provisões judiciais e aumento de custos operacionais, levando o patrimônio líquido a R\$ 13,1 bilhões negativos.

• CÂMBIO

O real foi a moeda que mais se valorizou frente ao dólar em 2026, com alta de 10,4% no ano; a moeda norte-americana foi cotada a R\$ 4,974 em abril, o menor nível desde março, enquanto o Fundo Monetário Internacional elevou a projeção de crescimento do PIB brasileiro para 1,9% em 2026, segundo um levantamento da Elos Aytá Consultoria.

• GOVERNABILIDADE

O presidente Lula (PT) aparece como o 7º chefe de Executivo mais bem avaliado da América Latina, com 48,4% de avaliação positiva, 49,1% negativa e 2,5% sem resposta; o ranking é liderado por Nayib Bukele (70,1%), seguido por Claudia Sheinbaum e Rodrigo Chaves, enquanto Javier Milei aparece na 14ª posição, com 36,2% de avaliação positiva e 59,7% negativa, segundo pesquisa da CB Global Data.

Jorge Messias será sabatinado para o STF nesta semana



Jorge Messias, Advogado-geral da União (Foto: Wilton Junior)

A indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal entra em sua fase decisiva no Senado, com a sabatina marcada para o dia 29 de abril na Comissão de Constituição e Justiça. A definição do calendário encerra um período de incertezas sobre o apoio que teria Messias, e que travava o andamento da indicação.

O movimento ocorre após meses consecutivos de articulação e acordos entre o Palácio do Planalto e a cúpula do Senado. A indicação, embora anunciada

ainda em 2025, demorou a ser formalmente enviada e avançar, refletindo ruídos na relação entre o governo e lideranças da Casa, especialmente com o presidente Davi Alcolumbre (União-AP). A destrava do processo indica que houve recomposição mínima de ambiente político para permitir o avanço da pauta.

O relator da indicação, senador Weverton Rocha (PDT-CE), já sinalizou voto favorável e tem atuado para consolidar apoio entre os pares. A expectativa é de que a sabatina e a votação ocorram no mesmo dia, o que reduz margem para alongamento do debate e sugere um cenário de aprovação encaminhada, desde que não haja fatos novos ou mobilização mais intensa de oposição. Para ser confirmado, Messias precisa de ao menos 41 votos no plenário do Senado. A base do governo fala em já contabilizar cerca de 48 votos favoráveis.

Ainda assim, a tramitação não ocorre sem resistência. Partidos de oposição já indicaram que irão votar contra o nome, e a sabatina tende a concentrar questionamentos sobre a trajetória do indicado, sua atuação à frente da Advocacia-Geral da União e posições em temas sensíveis. Esse ambiente costuma dar menos importância aos aspectos técnicos e mais aspectos políticos, em que os senadores testam alinhamentos e sinalizam posições para suas bases. A votação em si é secreta, portanto o momento que os senadores têm para realizar gestos às bases. Nos bastidores, Messias intensificou a preparação para a sabatina, com reuniões e simulações de perguntas, em um esforço para reduzir riscos de desgaste público.



TENDÊNCIA: Aprovação de Messias, em mais episódio que revela mais sobre o funcionamento das relações entre Executivo e Senado do que sobre o mérito jurídico da indicação. O timing, a negociação prévia e o controle do rito continuam sendo os elementos centrais para viabilizar uma vaga no Supremo.

CCJ aprova PECs da 6x1, que agora vão para Comissão Especial



Deputado Leur Lomanto (União-BA), deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e deputado Paulo Azi (União-BA) (Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

As duas propostas debatidas que encerram a escala de trabalho 6x1 avançaram na Câmara dos Deputados ao serem aprovadas na etapa da Comissão de Constituição e Justiça, que ficava restrita à análise de constitucionalidade. A votação foi simbólica e sem manifestação contrária, portanto, por unanimidade. Esse tipo de votação na CCJ não trata do mérito em si, fato que foi reforçado por diversas vezes pelo relator, deputado Paulo Azi (União-BA), mas reconhece que o texto respeita os limites constitucionais e pode seguir tramitando. Na prática, o colegiado abriu caminho para que a discussão sobre jornada de trabalho avance para uma fase mais substantiva na Comissão Especial onde deve haver mudanças no conteúdo.

As propostas originalmente envolvem mudanças estruturais no regime de trabalho, com previsão de redução gradual da jornada semanal das atuais 44 horas para 36 horas ao longo de dez anos, além da eliminação do modelo de seis dias de trabalho para um de descanso, com quatro dias de trabalho para três de descanso. A iniciativa se insere em um debate mais amplo sobre produtividade, saúde do trabalhador e reorganização das relações de trabalho, temas que vêm ganhando tração política e social nos últimos meses, especialmente nas vésperas da eleição.

Caberá ao presidente da Câmara definir a composição do colegiado a partir da proporcionalidade partidária e indicar um relator, que será responsável por consolidar uma versão final da proposta. A tendência é que esse processo seja acelerado propositalmente, com articulação para que o tema avance ainda no primeiro semestre.

Essa fase tende a concentrar as disputas mais relevantes. É na comissão especial que entram os debates sobre impactos econômicos, custos para empresas e eventuais regras de transição. Setores produtivos já sinalizam preocupação com aumento de despesas e efeitos sobre a competitividade, enquanto defensores da proposta sustentam ganhos em produtividade e qualidade de vida.

Superada essa etapa, a PEC ainda precisará ser votada em dois turnos no plenário da Câmara, com quórum qualificado, antes de seguir ao Senado. Trata-se de um percurso mais exigente do que o de projetos de lei, o que eleva a complexidade da aprovação e amplia o espaço para negociação ao longo do caminho.

TENDÊNCIA: Instalação da Comissão Especial e anúncio do relator nos próximos dias. Nesta etapa da tramitação, deve-se fazer alterações às propostas, como a troca de 36 para 40 horas semanais e uma escala de 5x2 no lugar de 4x3.

Veto da dosimetria do 08/01 está na pauta desta semana no Congresso



Congresso Nacional (Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil)

O Congresso Nacional deve analisar nesta quinta-feira (30) o veto presidencial ao chamado PL da dosimetria, colocando mais uma vez no centro do debate entre governo e oposição a resposta institucional aos julgamentos dos atos de 8 de janeiro. A sessão conjunta foi convocada com pauta única, o que evidencia a tentativa de concentrar esforços em uma deliberação tão cara à oposição, que conseguiu aprovar o pleito no fim do ano passado, mas que foi vetado por Lula em janeiro deste ano.

O projeto vetado propunha mudanças relevantes no cálculo das penas aplicadas aos condenados pelos atos de 08/01. Entre os pontos centrais estavam a redução das punições em determinados casos, a limitação da soma de crimes praticados no mesmo contexto e a facilitação da progressão de regime, especialmente para réus sem papel de liderança ou financiamento dos atos.

Ao vetar integralmente a proposta, o presidente Lula (PT) argumentou que as alterações poderiam comprometer a responsabilização penal e enfraquecer a proteção institucional do Estado Democrático de Direito. Na leitura do Executivo, o texto abriria espaço para uma revisão considerada indevida das penas aplicadas, com impacto direto sobre decisões já consolidadas pelo Judiciário.

No Congresso, o ambiente é de divisão. Setores da oposição e do centro defendem a derrubada do veto, sustentando que houve excessos nas condenações e que o Legislativo deve reequilibrar os critérios de punição, que seria motivada por vingança do ministro Alexandre de Moraes e colegas do STF. Já a base governista trabalha para manter a decisão presidencial, sob o argumento de que qualquer flexibilização nesse contexto transmitiria um sinal de fragilidade institucional.

A derrubada de um veto presidencial exige maioria absoluta nas duas Casas, o que eleva o grau de coordenação política necessário para qualquer desfecho, ainda mais porque será na véspera do feriado do dia do trabalhador, em primeiro de maio, que pode esvaziar em partes o parlamento.

A votação será mais um embate e um teste de forças entre o Executivo e o Legislativo. Mais do que o resultado em si, o comportamento das bancadas e a margem de votos indicará o grau de alinhamento do Congresso com o governo em pautas sensíveis e o espaço de desenvolvimento das pautas mais sensíveis da perspectiva da oposição.

 **TENDÊNCIA:** Derrubada do veto.

Zema entra na linha de tiro de Gilmar Mendes



O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e o ministro do STF, Gilmar Mendes (Foto: Dirceu Aurélio/Imprensa MG // Gustavo Moreno/STF)

A troca de críticas entre o ministro do STF Gilmar Mendes e o ex-governador e presidenciável Romeu Zema (NOVO) escalonou significativamente nesta semana após entrevista ácida do ministro para a jornalista Renata LoPrete, da Globo. Os atritos recorrentes entre Poderes são recorrentes, mas o tom adotado pelo ministro é de ofensa e ameaça institucional contra a liberdade para o humor e a sátira, utilizados recorrentemente por Zema para criticar condutas questionáveis de alguns integrantes do STF. O episódio teve como pano de fundo a série divulgada por Zema chamada “Os intocáveis”, que satiriza, entre outros aspectos, os ministros do STF e as relações com o banco Master.

No centro da controvérsia está a interpretação sobre o espaço legítimo de manifestação e do humor de agentes públicos. De um lado, a posição de alguns dos membros do Supremo Tribunal Federal reforça a necessidade de preservar a “autoridade das instituições” e evitar discursos que possam fragilizá-las, incluindo a possibilidade de ser revista a questão da limitação para críticas, como defendeu Gilmar. De outro, a reação de Zema e de aliados se ancora na ideia de que a crítica, inclusive em tom mais ácido e irônico, faz parte do ambiente democrático e não pode ser restringida de forma ampla, sobretudo quando direcionada a agentes públicos.

A discussão sensível sobre os contornos da liberdade de expressão no Brasil tem ganhado notoriedade nos últimos anos, especialmente depois da mudança de rumos que o STF tomou com relação ao inquérito das Fake News e seu uso político para constranger adversários e puni-los. A defesa da liberdade do humor e da crítica política surge como argumento relevante nesse contexto, com o entendimento de que o espaço público deve comportar manifestações diversas, desde que não ultrapassem limites legais já estabelecidos. Ao mesmo tempo, cresce a preocupação, dentro do Judiciário, com a preservação da credibilidade institucional em meio à amplificação desses embates. Alguns dos ministros questionam, em off, se a atuação vocalizada e agressiva de Gilmar será eficiente para conter as críticas ou se só piorará a imagem e o desgaste do Tribunal.

A politização e polarização, especialmente em ano eleitoral, dessas interações tende a reforçar narrativas de confronto, reduzindo o espaço para interlocução institucional mais reservada e técnica.

TENDÊNCIA: A continuidade desse tipo de embate deve manter elevado o nível de tensão entre lideranças políticas e o Supremo, especialmente em um ambiente pré-eleitoral. A discussão sobre os limites da crítica e da liberdade de expressão tende a ganhar centralidade.

Análise

Flávio Bolsonaro no Fórum da Liberdade 2026: críticas ao governo e propostas

O Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) participou do Fórum da Liberdade 2026 na sexta-feira (10), em Porto Alegre. O pré-candidato à Presidência apresentou posicionamentos sobre economia, política institucional e cenário eleitoral.

No dia anterior, já haviam participado Aldo Rebelo (Democracia Cristã), Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD). Convidados, Renan Santos (Missão) e Lula (PT) não compareceram. O painel dos presidentiáveis é uma tradição do evento desde 1989, organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE).

A agenda de Flávio incluía outros compromissos do PL, como o lançamento de Zucco ao Palácio Piratini. Por isso, ele participou apenas no fim da programação de sexta-feira.

Flávio Bolsonaro chega ao evento empatado com Lula nas pesquisas eleitorais, dentro da margem de erro. Cerca de 7 mil pessoas lotaram o auditório da PUC-RS. Flávio foi recebido com forte apoio, sinalizando espaço no eleitorado liberal-conservador. Como definiu o jornalista Fábio Zanini, o evento tinha o ares de “Woodstock liberal”.

A seguir, listamos os 5 principais insights das falas de Flávio Bolsonaro no Fórum da Liberdade 2026.

1. “O Brasil tem jeito”: a visão de Flávio Bolsonaro

Um dos eixos centrais das falas de Flávio foi a defesa do legado do governo de Jair Bolsonaro.

- Afirmou que “o Brasil tem jeito” (tema do Fórum da Liberdade 2026), citando a gestão iniciada em 2019 como exemplo de “equipe técnica” que teve autonomia ministerial;
- Destacou diferenças de visão entre o governo atual e o período sob Jair Bolsonaro, especialmente na condução econômica e administrativa.

2. Críticas ao governo Lula e à política econômica

Como apontou levantamento de Renato Dolci, o histórico recente de Flávio Bolsonaro em suas redes sociais é majoritariamente de críticas ao PT e ao governo Lula. Essa linha também foi observada em sua fala:

- Acusou a gestão de aumentar gastos públicos e a carga tributária.
- Relacionou o cenário de juros elevados ao descontrole fiscal.
- Criticou intervenções no setor de combustíveis, defendendo políticas de estímulo à concorrência. Vale ressaltar que Adolfo Sachsida, ex-ministro de Minas e Energia de Bolsonaro, estava no evento e seguiu essa linha crítica em sua fala, que ocorreu em painel naquele dia mais cedo.

Flávio Bolsonaro afirmou que o país enfrenta um cenário econômico adverso, citando o número de brasileiros endividados e o ambiente de negócios como fatores de preocupação.

“Temos um cenário catastrófico. 81 milhões de brasileiros endividados. Isso é por causa do ambiente caótico nos negócios. Precisamos criar um ambiente atrativo para gerar empregos de qualidade, que paguem melhores salários e assim as pessoas vão honrar seus compromissos”, afirmou.

3. Propostas econômicas de Flávio Bolsonaro e agenda liberal

Embora tenha afirmado que evitaria detalhar propostas neste momento a fim de evitar críticas diretas, o pré-candidato indicou algumas diretrizes. Flávio Bolsonaro aproveitou o espaço e defendeu redução de impostos e simplificação tributária:

- Defendeu diminuição da carga tributária;
- Sinalizou revisão da reforma tributária para maior simplificação.
- Citou como exemplo inicial a intenção de eliminar imposto sobre exportação de petróleo. Isso ocorreu em virtude da MP do Governo Lula que instituiu alíquota de 12% dentro do contexto de conjunto de ações voltadas a reduzir os efeitos da alta nos preços internacionais do petróleo e dos combustíveis sobre os consumidores brasileiros, em meio ao conflito no Oriente Médio.
- Propôs revisão de regras trabalhistas e de licenciamento ambiental para aumentar a eficiência.
- Defendeu políticas voltadas à geração de empregos de maior qualidade e aumento de produtividade.

- Apontou o potencial do Brasil como fornecedor global de alimentos, especialmente diante de instabilidades internacionais.

4. Flávio Bolsonaro e segurança pública

De olho em uma das principais preocupações dos brasileiros, a segurança pública, Flávio defendeu:

- Defendeu endurecimento de penas.
- Sugeri tratamento diferenciado para lideranças de facções criminosas.

Também destacou o papel do Congresso Nacional na condução dessas mudanças, em referência à PEC de Segurança Pública e PL Antifacção.

5. Judiciário e Supremo Tribunal Federal

Outro ponto relevante abordado por Flávio Bolsonaro foi a crítica ao Judiciário.

“Qualquer governo em 2027 precisa de uma reforma no Judiciário”

- Defendeu a discussão sobre mandato para ministros do Supremo Tribunal Federal.
- Propôs revisão do alcance de decisões monocráticas.
- Criticou a atuação de ministros, incluindo Alexandre de Moraes, e mencionou a necessidade de cumprimento da legislação sobre crimes de responsabilidade. “Sempre defendi a autocontenção dos ministros, mas isso não aconteceu. A lei dos crimes de responsabilidade precisa ser cumprida e isso inclui impeachment sim”, finalizou a fala.

O cálculo político de Flávio Bolsonaro

Flávio Bolsonaro adotou um tom deliberadamente contido no Fórum da Liberdade 2026. A postura é coerente com o estágio atual de sua pré-campanha: bem posicionado nas pesquisas e distante do momento decisivo da disputa, o senador opera sob a lógica de minimizar riscos.

A estratégia, segundo sinais do próprio discurso, não é a de buscar grandes acertos neste momento,

mas evitar erros que possam desgastar sua imagem antes da consolidação do cenário eleitoral. Em campanhas longas, esse tipo de abordagem costuma indicar uma candidatura que se vê competitiva e, portanto, menos pressionada a assumir posições de alto custo político.

Minimizar riscos como estratégia de pré-campanha

Nesse contexto, a decisão de manter propostas mais genéricas reforça essa linha de atuação. Ao evitar detalhamento excessivo, Flávio reduz a exposição a críticas antecipadas e preserva margem de manobra para calibrar seu programa ao longo da campanha.

Um dos poucos momentos mais delicados do painel ocorreu ao ser questionado a respeito da atuação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) na taxaço de Donald Trump ao Brasil, que ocorreu em junho de 2025. Flávio foi enfático ao negar qualquer defesa de taxaço contra empresas brasileiras, afirmando que a posição de seu irmão se limitava à defesa de sanções individuais contra supostos violadores de direitos, em referência a Ministros do STF.

Agenda econômica liberal como eixo programático

Por outro lado, mesmo com cautela na forma, o conteúdo do discurso apresentou um eixo claro: a defesa de uma agenda econômica liberal. A ênfase na redução da carga tributária, na simplificação regulatória e na criação de um ambiente mais favorável aos negócios aparece como o principal pilar programático da candidatura.

Flávio Bolsonaro evita ruídos a curto prazo e busca consolidar identidade ideológica e preservar capital político para momentos mais decisivos da disputa de 2026. No fim, sua candidatura joga o jogo de quem acredita que já está dentro, e que, por isso, pode se dar ao luxo de errar menos do que ousar mais.

Luan Sperandio

é analista político e diretor de operações do Ranking dos Políticos desde 2023.



Em destaque no Ranking



● AGENDAS DO RANKING EM WASHINGTON

Os diretores Juan Carlos Arruda e Luan Sperandio cumpriram agendas institucionais em Washington, D.C., onde visitaram think tanks parceiros.

Durante a missão, a Atlas Network recebeu relatórios de projetos desenvolvidos em parceria com o **Ranking dos Políticos**, com destaque para o [novo site da instituição](#) e a campanha **"Chega de Supersalários"**.

Também foram realizadas agendas com a Tholos Foundation, a Americans for Tax Reform e o Leadership Institute, fortalecendo o relacionamento institucional e a cooperação internacional.



PARLAMENTAR DA SEMANA



Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

Laércio José de Oliveira nasceu em 12 de dezembro de 1962 em Ribeirópolis (SE). Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Tiradentes (Unit), em Aracaju, e possui pós-graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Antes da vida pública, atuou como empresário no setor de serviços e presidiu entidades como a Fecomércio-SE e a Febrac. Foi deputado federal por três mandatos consecutivos (2010, 2014 e 2018), tendo sido relator da Lei do Gás e da regulamentação da terceirização. Atualmente, é senador da República, eleito em 2022, com atuação voltada ao desenvolvimento econômico.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

- Juan Carlos
- Danylo Shimano
- Luan Sperandio
- Daniel Galvêas
- Gabriel Jubran

Projeto Gráfico:

- Tamyres Meyer

Diagramação:

- Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
6º andar, Sala 18, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

DMOC



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

values
NEWS INTELLIGENCE



HSi
INVESTIMENTOS

JUDIT